

Televisão aberta: eis as questões

Entrevista com Gabriel Priolli

*Entrevista por Alfredo Manevy
colaboraram Manoel Rangel e Paulo Alcoforado*

Diretor Geral da TV-PUC, vice-presidente do Canal Universitário, articulista da Carta Capital e do Estado de São Paulo, e apresentador da TV Cultura, Gabriel Priolli desenvolve uma série de atividades que se destinam a fazer um tarefa rara: discutir TV a sério dentro da própria TV. Uma tarefa cheia de méritos mas solitária na programação. Fato compreensível, se conhecemos um pouco os meandros da TV aberta brasileira, equação complexa que Priolli nos ajuda a compreender na entrevista abaixo oferecida ao programa *ABD no ar* e gentilmente cedida para Sinopse. Pesquisas de público, censuras pública e patronal, a urgência da programação regional são temas abordados criticamente por Priolli. São temas que dia a dia saem da pauta meramente televisiva para compor o início de um grande debate ainda a ser feito sobre os determinantes do atual sistema de TV no Brasil que colocam em ameaça o horizonte democrático do país.

Sinopse: *Qual a qualidade da programação da TV aberta brasileira?*

G.P.: Há frequentemente um grande exagero nessa questão, ou melhor, uma certa dramatização dos problemas que a TV brasileira tem. Acaba se passando a imagem de que a programação toda é desqualificável, que é uma programação de baixo nível. Não concordo com isso. Acho que temos alguns problemas de qualidade localizados em alguns horários e alguns gêneros, e que estão se concentrando nos domingos, nos fins de semana, e alguns horários noturnos também. Houve uma reclamação de

grandes segmentos do público a respeito de excessos nas telenovelas também. Mesmo com esses problemas, nós temos no plano do entretenimento shows de qualidade, uma teledramaturgia que é das melhores do mundo, um telejornalismo de boa qualidade, uma cobertura do esporte muito boa. Eu não vejo essa perda total de qualidade da televisão brasileira.

Sinopse: *Saindo então dessa banalização da crítica da TV, que ataca programas específicos e não a programação como um todo e sua lógica interna. Não existe uma*

permanência ideológica do telejornal à novela? Não há uma hegemonia de ponto de vistas entre os poucos canais abertos, uma falsa diversidade, o que no caso de um país diversificado como o Brasil que tem uma série de públicos pontenciais, fica ainda mais nítida?

G.P.: Sem dúvida alguma. Esses são os problemas estruturais de nosso sistema de TV. Existe hoje um conjunto de cinco redes nacionais comerciais e duas redes públicas estão tentando cooperar e transformar-se numa só rede. Essa é a TV oferecida para todo o país. Uma TV que é gerada do Sudeste, de SP ou do Rio e que é transmitida para o país inteiro. Surgem os problemas. A Rede Globo, por exemplo, lidera a audiência e mantém uma média atual de 35 a 40 pontos de audiência no ano. Uma única emissora, um único grupo de roteiristas, jornalistas, atores, diretores, criadores, enfim, definem aquilo que 40% da audiência nacional vai ver. E naturalmente oferecem um recorte da realidade, uma leitura do Brasil e do mundo, valendo tanto para o jornalismo quanto para a ficção, que está inserida na ótica de quem vive nessas cidades. Isso causa uma série de distorções. Eu gostaria muito de ver uma produção regional nordestina. Gostaria que a RBS gaúcha, que é uma potência regional, de repente se transformasse numa rede nacional e oferecesse um ponto de vista sobre o país que viesse do Sul.

Sinopse: *Fala-se muito - principalmente no meio de cinema - na ausência do cinema brasileiro nas telas. Mas distanciando-se um pouco do ponto de vista de quem vive de cinema, o cinema seria uma entre outras possíveis formas de produção independente. Recentemente a RBS exibiu pacotes de curta-metragens à tarde e aumentou o índice de audiência, batendo o programa que estava antes no mesmo horário, mas esse é um caso isolado. O que*

impede que a produção independente surja de fato no Brasil? A legislação vai contra?

G.P.: Ao contrário, a legislação estimula. A regionalização da programação é um princípio constitucional que não é cumprido. Pela Constituição de 1988 deveria haver a regionalização de produção. E as leis complementares dessa Constituição estabeleceriam os percentuais de lei em que as emissoras deviam operar. Mas isso dependeria de uma determinada porcentagem de programação regional que nunca foi regulada. Na nova constituição, há inclusive uma porcentagem para a produção independente. Desde os anos 60, os princípios existem. Aí não está o problema. O que impede na verdade é que historicamente as emissoras se transformaram em máquinas produtoras. As maiores indústrias, estruturas de produção de audiovisual no país são as próprias emissoras. Foi feito um investimento muito grande em parques de equipamento, estúdios, câmeras, iluminação. Evidentemente, se você está gerindo essa rede, você não vai querer comprar produtos de terceiros, e vai querer rentabilizar o seu patrimônio. As redes produzem, elas querem produzir, formando assim uma indústria verticalizada: produção e exibição. Para mudar isso é preciso vontade política e uma certa visão estratégica que está faltando.

Sinopse: A qualidade também é fruto da concorrência. Mas estranhamente a concorrência agressiva das emissoras abertas não gera inventividade e sim a imitação dos formatos. Hollywood tem cinco grandes estúdios, mas tem alguma concorrência criativa, além de incentivar a novos talentos. Você não acredita que há um envelhecimento dos formatos, como a novela, muito em função de ausência de política de formação de novos quadros?

G.P.: Exatamente. A nossa teledramturgia é centrada na telenovela, e tem na minissérie um

produto auxiliar. Há muito tempo não se faz teleteatro, ou especiais, e não se trabalha formatos de programa que não sigam naquela serialização bem definida da telenovela. Isso embola a criatividade de todo mundo. Não havendo uma concorrência no plano comercial, há uma ausência do aprimoramento da qualidade pelo conflito, pelo mútuo contágio de visões artísticas diferentes.

Sinopse: O cinema poderia cumprir um papel nesse sentido?

G.P.: É uma coisa absurda que a essa altura dos acontecimentos, com o cinema brasileiro implantado aqui há mais de cem anos e a TV brasileira há 50 anos, uma TV que é reputada internacionalmente, com uma razoavelmente boa inserção internacional, não tenhamos parcerias maduras entre cinema e TV. A essa altura, já deveria ter uma integração muito melhor entre cinema e TV. Seria preciso haver um espírito de cooperação, e de parte a parte. Eu vejo nos cineastas um tipo de relação com TV que é uma postura de cobrança. "Poxa, vocês da televisão não nos exibem. Isso é um absurdo. Nós temos que ser exibidos!". Eu não vejo uma atitude mais cooperativa, no sentido de discutir formatos e temáticas a serem tratadas, uma preocupação em fazer um cinema mais voltado para a TV. O cineasta parece esperar que a TV os receba de braços abertos, incondicionalmente, uma rendição incondicional. Isso não vai acontecer nunca. Agora é a TV que está entrando na realização cinematográfica. E quando entrarem os sócios estrangeiros é provável que a TV entre na produção de filmes desbancando os produtores independentes que estão aí no mercado, visto que os produtores de cinema são em maioria independentes. É muito possível que a TV monopolize também esse mercado. Eu acho que isso culturalmente não vai ser nada bom, mas é fruto da situação política nessa área do audiovisual. As relações entre cinema e TV são

delicadas, com egos enormes em conflito. As pessoas tinham que descer do pedestal e colocar as coisas mais objetivamente, num sentido mais cooperativo que competitivo.

Sinopse: Infelizmente a única discussão pública que se vê recentemente é pautada pela idéia de censura a determinados excessos. A censura é o arquinimigo que a própria TV adora ressuscitar de forma anacrônica para qualquer reação feita hoje a TV. A TV, veículo tradicionalmente conservador, cria discursos "contraculturais", liberadores, quando lhe é de interesse. É o caso de "Laços de Família", mas não só dessa novela. Essa não é uma forma de banalizar a discussão maior concernente a discussão pública de limites para a TV?

G.P.: Não se tratou de censura nesse caso que você menciona. Essa alegação de que está havendo censura é uma manobra política e comercial das redes de TV, em particular de uma rede de TV, no sentido de inibir a ação do Estado que está tentando controlar uma série de abusos, excessos, que estão sendo cometidos e apontados pelo público. Nós não teríamos o Ministério da Justiça, Ministério Público, Poder Judiciário, agindo em relação à TV, constringendo-a de alguma forma, estabelecendo alguns limites, se não houvesse uma forte pressão da opinião pública. De modo geral, a relação entre Estado e TV é o laissez-faire. O Estado deixa a TV trabalhar e não se mete. Faz muita demagogia, mas é muito raro vê-lo concretamente apertando o jogo. Por que está fazendo agora? Porque no entendimento da opinião pública a TV ultrapassou certo limite. A TV por sua própria natureza não é um veículo de vanguarda, nunca vai ter grandes experimentações no plano estético e moral. Isso é mais a função do cinema, que pode radicalizar, fazer discussões mais profundas e mexer com temas tabus com muito mais

facilidade. A TV fala com a população do país, tem um efeito político óbvio. Em qualquer lugar do mundo ela é um instrumento conservador. Ela está entre o possível e o desejável. O desejável pelo lado dos artistas esbarra no possível, onde uma certa sensibilidade dominante, a moral pública, admite. Com a competição comercial selvagem, esse limite vem sendo perdido. E o público reage. O que o Estado vem fazendo é o seu papel. Não se pode confundir censura com controle social democrático dos meios de comunicação. A censura é um ato arbitrário, discricionário, feito por um poder ditatorial, para o qual não cabe nenhum tipo de recurso. É simplesmente o “cumpra-se”, haja lei ou não haja lei. Geralmente a censura não está apoiada em lei votada. Nós estamos falando de uma legislação que está apoiada numa Consituição democrática, e de uma legislação criada no período democrático, votada democraticamente. Ok, então se estabelecemos uma lei, cabe ao Estado então aplicar esta lei. É isso que queremos, senão o regime não é o democrático. Se a lei só se aplica para alguns, porque uma rede poderosa acha que se aplicar contra ela é censura, isso não vale.

Sinopse: *Se alguém censura de fato nos dias de hoje é a própria TV aberta, que censura a produção independente e que é aversa ao debate público.*

G.P.: É a censura patronal, comercial. A censura que é representada pelo ininteresse dos anunciantes que topam financiar o programa x mas não topam financiar o programa y, proque o programa x tem tudo a ver com o seu produto, e o programa y toca em temas polêmicos, incomoda. Então esse projeto é abortado em favor do primeiro. Se a ação do Estado é censura, qual é o nome que isso tem? A televisão é um poder muito grande e de todos os poderes existentes do país, é seguramente o menos controlado. Agora que se começa um pou-quinho essa tentativa de controle, fazem todo esse carnaval. Vamos admitir re-gras democráticas? Então vamos ser coerentes com isso.

Sinopse: *Se perguntarmos à TV, ela responde: tudo vai bem, obrigado. Mas ela afirma isso a partir de pesquisas de audiência que ela*

própria realiza. São elas que determinam se um programa foi “bem” ou “mal”. O Ibope, por exemplo, é da Rede Globo. Essas pesquisas realmente dão um perfil do público?

G.P.: Não. Elas retratam a expectativa momentânea do público. Mas elas não lêem com mais sofisticação esse fenômeno sociológico que a TV estabelece com milhões de pessoas em todo país. As pesquisas não medem isso com eficácia.

Sinopse: *Essas pesquisas criam um discurso sobre a TV, favorável à manutenção dos altos preços de publicidade, que é sua principal receita até hoje.*

G.P.: A pesquisa é um instrumento de legitimação de determinado discurso sobre a TV, ou sobre as finalidades da TV ou sobre as formas como ela deve agir. O curioso é que as pessoas quando entrevistadas dificilmente dizem que a TV está ótima. Ao contrário, as pessoas reclamam muito

da televisão e dizem que deve haver mais espaço para programas educativos e culturais. Só que se fosse verdade, se no íntimo das pessoas houvesse vontade de ver programas educativos e culturais, a TV Cultura seria líder de audiência há muito tempo. Na verdade, é preciso admitir que as pessoas assistem TV por entretenimento, por escapismo, e não estão preocupadas em ter essa tal programação cultural educativa, ao menos não na extensão com que aparece na pesquisa. Aparentemente o espectador gosta de parecer inteligente quando discute a televisão, mas como telespectador mesmo ele se rende a primeira burrice divertida que aparecer.

Sinopse: *A entrada de capital estrangeiro vai mudar esse quadro?*

G.P.: Vai mudar tudo. Este ano foi muito rico em termos de debate sobre TV. Aumentou a consciência popular a respeito da necessidade, da possibilidade que o espectador tem de controlar a TV. Sequer nosso espectador tem essa visão: primeiro a TV é um patrimônio público. As ondas eletromagnéticas são um patrimônio escasso valiosíssimo e que pertence à Nação. Não pertencem às emissoras. Esse patrimônio é concedido às emissoras privadas e portanto, se a TV explora patrimônio público, nós espectadores temos que negociar o que as emissoras vão fazer com essas ondas. No fundo, toda essa discussão sobre censura é muito pequena diante da grande discussão que está por vir, quando serão votadas as propostas de emenda constitucional para abertura ao capital estrangeiro. Primeiro haverá um debate concernente a essas PECs, depois quanto à regulamentação do capital estrangeiro, a nova lei de comunicação de massa. Fora a Rede Globo, ao menos inicialmente, todas as demais redes terão sócios estrangeiros. Não estamos falando de Roberto Marinho versus Sílvio Santos, versus Edir Macedo. Mas estamos falando de Globo versus MGM, versus Warner, versus Sony, versus Viacom. Hoje jogamos uma pelada perto do que será o jogo na televisão brasileira nos próximos anos.

Sinopse: *Mas esse capital não será sócio menor dessas emissoras?*

G.P.: Isso na gaveta. E as inúmeras possibilidades jurídicas que existem para garantir o controle da empresa ao sócio formalmente menor? O sujeito não vai se associar, gastar um monte de dinheiro aqui para deixar o controle nas mãos do sócio que até agora não conseguiu por uma razão ou por outra alcançar a vitalidade de empresa. Se conseguisse, não precisaria de sócio estrangeiro. Então o sujeito vai entrar e deixar o dinheiro na mão do outro? Não ele vai querer participar. E vai participar como? Essa é a questão.